Aplicação da lei: responsabilidade penal das empresas, acordos de suspensão do processo e cooperação transfronteiriça: resumo

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O direito de Singapura trata as empresas como pessoas capazes de cometer quase qualquer infração e atribui-lhes a conduta e o conhecimento dos seus administradores, empregados e agentes segundo as regras de imputação da common law adotadas a partir de *Meridian* e segundo disposições legais como a seção 73 do CDSA. Como as multas aplicáveis na condenação são modestas, os montantes significativos nos casos envolvendo empresas são hoje impostos por meio de soluções negociadas, primeiro com a advertência condicional dirigida à Keppel Offshore & Marine em 2017 e depois com o regime de suspensão do processo introduzido na parte 7A do Criminal Procedure Code em 2018. O primeiro acordo de suspensão do processo, celebrado com a Seatrium em 30 de julho de 2025 e aprovado pela High Court em 24 de abril de 2026, impôs uma penalidade de US$ 110 milhões, uma certificação ISO 37001 e um dever de cooperação com autoridades

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

estrangeiras, admitindo ao mesmo tempo a compensação com pagamentos ao Brasil. A cooperação com autoridades estrangeiras assenta no Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000, no Extradition Act 1968 e nas disposições sobre confisco do CDSA, que alcançam bens no exterior e permitem o confisco contra foragidos e o registro de ordens estrangeiras. Os casos Keppel e 1MDB mostram tanto a força da aplicação coordenada da lei contra empresas como os seus limites quando pessoas físicas, testemunhas e provas se encontram em outros países.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com